



CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DAS CARREIRAS E CADASTRO DE RESERVA PARA OS CARGOS DE AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO (AMCI), DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI - CGM E ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (APPGG), DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO – SEPLAG.

3ª RETIFICAÇÃO – 04/07/2025

CONVOCAÇÃO PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO

O Município de Niterói e a Fundação Getulio Vargas, no uso de suas atribuições, torna pública as seguintes retificações ao edital de convocação para matrícula no Curso de Formação, cujas alterações estão a seguir elencadas:

DA PROVA OBJETIVA

Onde se lê:

3.5. A Prova Objetiva totalizará **30 (trinta) pontos** e será composta por:

a) **Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais (Módulo I)**, com aplicação em **04/07/2025**, será composta por **40 (quarenta) questões** de múltipla escolha, **valendo 0,5 (zero vírgula cinco) pontos cada questão**. As questões serão numeradas sequencialmente, contendo 5 (cinco) alternativas cada e apenas uma resposta correta.

b) **Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos (Módulo II)**, com aplicação em **11/07/2025**, será composta por **20 (vinte) questões** de múltipla escolha, **valendo 0,5 (zero vírgula cinco) pontos cada questão**. As questões serão numeradas sequencialmente, contendo 5 (cinco) alternativas cada e apenas uma resposta correta.

3.5.1. As Provas Objetivas do Curso de Formação versarão sobre a Lei Municipal nº 3.305/2017 e as disciplinas do Módulo II que constam do conteúdo programático do Edital de abertura.

Leia-se:

3.5. A Prova Objetiva totalizará **30 (trinta) pontos** e será composta por:

a) **Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos Básicos (Módulo I)**, com aplicação em **04/07/2025**, será composta por **40 (quarenta) questões** de múltipla escolha, **valendo 0,5 (zero vírgula cinco) pontos cada questão**. As questões serão numeradas sequencialmente, contendo 5 (cinco) alternativas cada e apenas uma resposta correta.

b) **Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos Avançados (Módulo II)**, com aplicação em **11/07/2025**, será composta por **20 (vinte) questões** de múltipla escolha, **valendo 0,5 (zero vírgula cinco) pontos cada questão**. As questões serão numeradas sequencialmente, contendo 5 (cinco) alternativas cada e apenas uma resposta correta.

3.5.1. As Provas Objetivas do Curso de Formação versarão sobre a Lei Municipal nº 3.305/2017 e as disciplinas dos Módulos I e II que constam no conteúdo programático do Anexo III a este edital.



Fica incluído o Anexo III

Anexo III

Além da Lei Municipal nº 3.305/2017, serão cobrados os seguintes conteúdos:

MÓDULO I – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BÁSICOS1. Práticas de Administração Pública

1.1. Paradigmas de gestão pública: Nova Gestão Pública (NPM), Novo Serviço Público (NSP) e Nova Governança Pública (NGP); Interfaces com formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. 1.2. Discricionariedade, integridade e ética na atuação pública. 1.3. Técnicas contemporâneas de gestão no setor público: inovação, qualidade total, gestão do conhecimento, diversidade e inclusão. 1.4. Fardo administrativo na entrega do serviço público: custos de aprendizado, de conformidade e psicológicos; diagnóstico e mensuração do fardo: métodos qualitativos e quantitativos; estratégias de redução do fardo: simplificação de processos, linguagem cidadã, interoperabilidade de bases de dados, desenho centrado no usuário.

2. Tópicos Especiais de Gestão Pública

2.1. Controle interno como função estratégica: instrumentos e metodologias de auditoria; integridade pública e accountability; 2.2. Modernização da gestão pública: planejamento, orçamento e racionalização de processos; governança digital e uso de dados no setor público; avaliação e monitoramento de políticas públicas. 2.3. Temas emergentes: inteligência artificial aplicada à gestão; sustentabilidade e inovação governamental; gestão de riscos e resiliência institucional.

3. Análise Orçamentária

3.1. Políticas públicas e orçamento público. Plano estratégico governamental. Plano estratégico Niterói que queremos (NQQ). Plano plurianual: ciclo orçamentário do PPA; elementos do PPA: análise crítica dos elementos do PPA. Elaboração de programas e de políticas públicas. Modelo lógico. 3.2. Lei de Diretrizes orçamentárias: anexo de riscos fiscais. Anexo de metas fiscais. Responsabilidade fiscal. 3.3. Lei orçamentária anual: integração entre planejamento e orçamento; acompanhamento da execução orçamentária; créditos adicionais; despesas obrigatórias com saúde e educação; emendas parlamentares e execução orçamentária.

4. Gestão de Riscos e de Resultados na Administração Pública

4.1. Histórico da Corrupção no Brasil e no âmbito internacional: definição e distinção entre Ética e Moral x Corrupção e Fraude; triângulo da Fraude; surgimento da lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) no Brasil e sua origem no cenário mundial; principais inovações e críticas sobre a Lei Anticorrupção. 4.2. Programa de Compliance/Integridade nas Organizações Públicas: definição e objetivos do Programa de Compliance; pilares



do Compliance: finalidade e aplicabilidade na Administração Pública; o Programa de Integridade sob a ótica da Nova Lei de Licitações (14.133/2021); aspectos relevantes de outras normas que abarcam o Programa de Integridade (Lei nº 7.753/2017, Decreto Estadual nº 46.745/2019 e Resolução 124/2022 da CGE-RJ); principais elementos que devem ser considerados na implementação do Programa de Integridade (modelo). 4.3. Combate à corrupção na Administração Pública: condutas que caracterizam um comportamento corrupto; pilares de combate à corrupção; mecanismos de Prevenção e Detecção à Fraude e à Corrupção; apresentação de caso concreto. 4.4. Gestão de riscos: mapeamento de riscos sob a ótica da Lei nº 14.133/2021; setores sensíveis e/ou vulneráveis na Administração Pública; apetite a riscos; mapa de riscos; gerenciamento de riscos; tratamento de riscos: prevenção, aceitação, mitigação, compartilhamento. 4.5. Gestão de Processos: definição e objetivos. 4.6. Governança e Accountability: definições e aspectos relevantes para o desenvolvimento dos atos praticados na Administração; contribuição dos Controles Internos para o fortalecimento e proteção da boa Governança. 4.7. Gestão de resultados na Administração Pública: definição de objetivos de programas e políticas públicas; objetivos e resultados de projetos e ações governamentais; definição de indicadores; tipos de indicadores: indicadores de desempenho, de eficácia, de eficiência, de efetividade; monitoramento de resultados; avaliação de resultados.

5. Tomada de Contas Especial e Responsabilidade Civil na Administração Pública

5.1. Dever de prestar contas. Accountability. Responsabilidade civil na Administração Pública. Responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas que causarem danos ao erário. tomada de contas e Tomada de contas especial: conceito e formas de cabimento e de instauração; danos ao erário; ressarcimento ao erário; responsabilidade por Dolo e erro grosseiro; improbidade administrativa. Deliberação TCE RJ n. 279/2017. Julgamento de tomada de contas pelo TCE-RJ. Efeitos das decisões do Tribunal de Contas. Termo de ajuste de gestão e tomada de contas. Matriz de responsabilização.

MÓDULO II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AVANÇADOS

ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (ESPECIALIDADE GESTÃO GOVERNAMENTAL)

1. Funções estratégicas do APPGG na administração pública municipal: papel técnico e institucional do APPGG; atuação transversal e articulação intersetorial. 2. Planejamento e orçamento públicos: planejamento estratégico e instrumentos do PPA, LDO e LOA; orçamento por programas e foco em resultados. 3. Gestão de processos e modernização administrativa: mapeamento e redesenho de processos; ferramentas de melhoria contínua e inovação. 4. Gestão de pessoas e competências no setor público: modelos de gestão por competências; liderança pública e equipes de alta performance. 5. Tecnologia da informação e transformação digital: governo digital e interoperabilidade; uso estratégico de dados e inteligência de negócio.

6. Avaliação e monitoramento de políticas públicas: indicadores de desempenho; modelos de avaliação (ex ante,



processual e ex post). 7. Participação social e transparência na gestão pública:

gestão democrática, ouvidorias e conselhos; comunicação pública e accountability.

ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (GESTÃO ESTRATÉGICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO SETOR PÚBLICO)

1. Fundamentos e Governança de TI: 1.1. Introdução à Gestão de TI no Setor Público: o papel estratégico da TI na administração pública moderna; desafios e oportunidades da transformação digital no governo; alinhamento da TI com os objetivos institucionais. 1.2. Governança e Gestão Estratégica de TI: framework COBIT 2019: Conceitos, estrutura, objetivos e processos; planejamento Estratégico de TI (PETI) e Plano Diretor de TI (PDTI); indicadores de desempenho e métricas chave para TI (KPIs); modelagem de processos de negócio (BPMN 2.0) aplicada à TI. 2. Infraestrutura, Redes e Segurança: 2.1. Infraestrutura Tecnológica e Redes de Computadores: fundamentos de computação: Hardware, software, sistemas operacionais; arquitetura TCP/IP, Modelo OSI, Endereçamento (IPv4/IPv6); tecnologias de Redes (LAN, WAN, Wi-Fi - padrões 802.1x), Ativos de rede; computação em Nuvem (Cloud Computing): Modelos (IaaS, PaaS, SaaS), segurança e contratação; internet das Coisas (IoT) e suas aplicações no setor público. 2.2. Segurança da Informação e Proteção de Dados: conceitos fundamentais: Confidencialidade, Integridade, Disponibilidade; normas ABNT NBR ISO/IEC 27001, 27002 e 27005 (Gestão de Riscos); lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018): Princípios e aplicação; segurança de Redes: Firewalls, IDS/IPS, VPNs, Criptografia (simétrica/assimétrica), Certificados digitais; Controle de Acesso (RBAC), Autenticação Forte, Gestão de Identidades; Desenvolvimento Seguro (SDL) e resposta a incidentes. 3. Dados, Desenvolvimento e Serviços: 3.1. Gestão de Bancos de Dados e Inteligência de Dados: modelo Relacional, Normalização, Linguagem SQL (DDL, DML, DCL); administração de Bancos de Dados (MS SQL Server, MySQL): Backup, Recovery, Otimização; data Warehouse, Datamart e Modelagem Multidimensional; introdução a Big Data e Bancos de Dados NoSQL; fundamentos de Mineração de Dados e Redes Neurais. 3.2. Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologias Web: ciclo de vida de desenvolvimento de software; metodologias Ágeis: Scrum (conceitos, papéis, cerimônias); modelagem UML; tecnologias Web: Servidores (Apache, IIS), Linguagens (HTML, CSS, JavaScript), Frameworks (.NET, Java); web Services (SOAP, REST), APIs e Microserviços. 4. Gestão de Projetos, Serviços e Contratações: 4.1. Gestão de Serviços de TI e Projetos: biblioteca ITIL® v4: Conceitos chave, Sistema de Valor de Serviço (SVS), Práticas; gerenciamento de Nível de Serviço (SLM) e Acordos de Nível de Serviço (ANS/SLA); gestão de Projetos (Guia PMBOK® 6ª Edição): Ciclo de vida, áreas de conhecimento; estimativas de Esforço: Análise por Pontos de Função (APF - IFPUG/NESMA), SNAP. 4.2. Contratações Públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC): legislação Aplicável: Lei nº 14.133/2021 e normativos relacionados (INs SGD/ME); planejamento da Contratação: Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR); modelos de Remuneração e Execução Contratual: UST, HST, PF, Postos de



Trabalho, Níveis de Serviço; fiscalização Técnica e Administrativa de Contratos de TI.

AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO (CIÊNCIAS CONTÁBEIS)

1. NBC TSP Estrutura Conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis do Setor Público. Definições, finalidade, componentes, estrutura e conteúdo das demonstrações: de acordo com a Lei nº 4.320/1964; e de acordo com o MCASP. Balanço Financeiro. Demonstração das variações patrimoniais. Balanço patrimonial. Demonstração de fluxos de caixa. Balanço Orçamentário. Notas explicativas às demonstrações contábeis. **2. Atividade de Auditoria Governamental:** 2.1. Atividades de auditoria; 2.1.1 Atividade de avaliação; a. instrumentos de auditoria; b. Planejamento de auditoria: matriz de planejamento; c. Execução de auditoria. Coleta de evidências; d. Comunicação de resultados. **3. Prestação de Contas:** contas de Governo e Contas de Gestão, certificação, relatório de controle interno. **4. Tomada de Contas e Tomada de Contas Especial (TCE):** conceitos, instauração por omissão de contas ou dano ao erário, procedimentos, comissão, relatório, certificação, prazos e encaminhamento.

AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO (CONTROLE INTERNO)

1. Estrutura e organização da CGM-Niterói: 1. 1. Diretrizes estratégicas da CGM-Niterói;; a. Missão, visão e valores da CGM;; b. Cadeia de valor da CGM-Niterói;; c. Mapa estratégico. 1. 2. Protocolo de atuação dos núcleos operacionais da CGM-Niterói;; a. Núcleo operacional de integridade e compliance;; b. Núcleo operacional de consultoria e avaliação de processos;; c. Núcleo operacional de riscos e maturidade;; d. Núcleo operacional de ouvidoria e incremento à transparência;; e. Núcleo operacional de auditoria governamental;; f. Núcleo operacional de prestação de contas;; g. Núcleo operacional de tomada de contas e tomada de contas especial. 1.3. Previne Niterói 2025-2026;; a. O Plano de Integridade de Niterói;; b. Planilha de ações;; c. Monitoramento do plano de integridade. 2. Prática de Controle interno;; 2.1. Responsabilidade por controles internos;; 2.2. Técnicas de Mapeamento de processos;; 2.3. Avaliação de controles internos.

AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO (DIREITO)

1. CONTROLE E GESTÃO PÚBLICA: Conceito, tipos e formas de controle. Controle interno e externo. Controle administrativo. Controle pelos tribunais de contas. Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal. Controle exercido pela Administração Pública. Sistema de Controle Interno. Transparência e *Accountability*. **2. LICITAÇÕES E CONTRATOS:** Licitações e contratos administrativos: fundamentos constitucionais, doutrina, legislação e jurisprudência. Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021 e



suas alterações. Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. Lei nº 13.303/2016 (Regime Jurídico das Estatais). **3. Estudos de caso a partir de jurisprudências paradigmáticas (STF, STJ, TCU e TCE-RJ):** fundamento e aplicação prática de decisões relacionadas à atuação dos Auditores Municipais de Controle Interno (AMCI).

Os demais itens e subitens do citado Edital permanecem inalterados.

Niterói, 04 de julho de 2025.

Anderson Peixoto de Faria
Controlador-Geral do Município

Isadora de Souza Modesto Pereira
Secretária de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão